

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 3 a 7 de junho, em Brasília.

PARLAMENTO FORTE, GOVERNO NÃO.

A aprovação do primeiro grupo de Medidas Provisórias mais relevantes pelo Congresso ocorreu em meio a muitas concessões do Planalto e reforço ao protagonismo dos parlamentares. Além dos recuos necessários à devida aprovação de medidas com maior resistência – como a reestruturação da Esplanada e o combate a fraudes do INSS – o Planalto sofreu com a insistente reclamação dos congressistas sobre o açodamento das discussões em razão do grande número de medidas provisórias em tramitação que dominam a pauta de votação nos Plenários da Câmara e do Senado.

As manifestações foram um ensaio para a principal discussão da semana: a limitação do Poder Executivo de atuar por meio de Medidas Provisórias. A solução para tanto é a aprovação

de uma Proposta de Emenda à Constituição que institui um calendário mais rígido para as etapas de aprovação dessas medidas, forçando assim a cautela do Planalto no envio de MPs, visto que quanto mais medidas em discussão, maior será a chance de sua não aprovação em tempo hábil pelo Congresso. A PEC 70/2011, relatada pelo deputado Walter Alves (MDB-RN), é destaque da pauta do Plenário da Câmara nesta semana.

Como sequência de sua atuação para fortalecimento do Congresso, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, deu nova entrevista polêmica no final de semana. Na ocasião, criticou o Governo Federal por “não ter uma pauta para o país” e chamou novamente ao Parlamento a responsabilidade – e o protagonismo – pela aprovação das reformas. Mesmo com o “pacto entre os três poderes”, a troca de farpas entre seus presidentes não deve sair de moda.

Destaques da Semana

Terça

- Paulo Guedes participa de nova [audiência pública para debater a Reforma da Previdência](#), na Câmara dos Deputados.
- [Audiência pública para debater o conjunto de medidas anticrime e anticorrupção \(PL 1864/19\)](#), no Senado Federal.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – Jair Bolsonaro se reuniu nessa segunda (3) com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o presidente da Casa da Moeda do Brasil, Alexandre Borges Cabral, o gerente executivo da Gerência Executiva de Marketing e Negócios – EBC, Floriano Amorim e o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Floriano Peixoto.

Secretaria de Governo

Agenda Internacional do ministro – Carlos Alberto dos Santos Cruz se encontra em Paris, França, para participar do 6º Fórum Econômico Brasil-França.

Casa Civil

Agenda do ministro – Onyx Lorenzoni se reuniu nessa segunda (3) com o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

MCTIC

Ministério da Ciência,
Tecnologia, Inovações e
Comunicações

Agenda Internacional do ministro – Marcos Pontes se encontra em Caiena, Guiana Francesa, para viagem oficial do governo.

MD

Ministério da Defesa

Agenda do ministro – Fernando Azevedo recebeu nessa segunda (3) a embaixadora da República Tcheca, Sandra Lang Linkensederová e o desembargador Victor Luiz dos Santos Laus.

ME

Ministério da Economia

Agenda do ministro – Paulo Guedes se reuniu com o presidente da República, Jair Bolsonaro e com o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Agenda Internacional

- ✓ Tallinn (Estônia) – 40ª Reunião Anual dos Oficiais de Orçamento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Balança Comercial – Na quarta semana de maio de 2019, a balança comercial registrou superávit de US\$ 1,352 bilhão, resultado de exportações no valor de US\$ 4,989 bilhões e importações de US\$ 3,637 bilhões. A média das exportações da 4ª semana chegou a US\$ 997,8 milhões, 0,7% abaixo da média de US\$ 1,005 bilhão até a 3ª semana, em razão da queda das exportações de produtos básicos (-9,1%, de US\$ 531,1 milhões para US\$ 482,5 milhões, por conta de petróleo em bruto, carnes salgadas, soja em grão, carnes bovina, suína e de frango, minério de ferro). Por outro lado, cresceram as vendas de produtos semimanufaturados (+19,0%, de US\$ 130,0 milhões para US\$ 154,7 milhões, em razão de semimanufaturados de ferro ou aço, óleo de soja em bruto, ouro em formas semimanufaturadas, catodos de cobre, açúcar de cana em bruto, ferro-ligas) e manufaturados (+4,9%, de US\$ 343,8 milhões para US\$ 360,6 milhões, em razão de aviões, motores e turbinas para aviação, tubos flexíveis de ferro ou aço, suco de laranja congelado, laminados planos de ferro ou aço).

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – Roberto Campos Neto participou de reunião com Johannes Franciscus Hoogervorst, Presidente do International Accounting Standards Board, e Amaro Gomes, membro do Conselho do IASB.

Boletim Focus – A estimativa do mercado financeiro para o crescimento da economia caiu pela 14ª vez seguida. A projeção para a expansão do PIB desta vez foi reduzida de 1,23% para 1,13%, para 2020, a projeção foi mantida em 2,50%, assim como para 2021 e 2022. A estimativa de inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), caiu de 4,07% para 4,03% este ano. A meta de inflação de 2019, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 4,25% com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%. A taxa Selic deve permanecer no seu mínimo histórico de 6,50% ao ano até o fim de 2019. E a previsão do mercado financeiro para a cotação do dólar permanece em R\$ 3,80 no fim de 2019 e de 2020.

BNDES
Banco Nacional de

Agenda do presidente – Joaquim Levy participou de reuniões no Rio de

Desenvolvimento Econômico e Social

Janeiro.

MEC

Ministério da Educação

Agenda do ministro – **Abraham Weintraub** se reuniu com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni e recebeu também alguns deputados federais.

Poder Legislativo

Congresso Nacional
Frentes Parlamentares

Na terça (4), está prevista a posse da diretoria da Frente Parlamentar da Indústria de Máquinas e Equipamentos. Na quarta (5), haverá o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Idosos.

Câmara dos Deputados
Plenário

A pauta encontra-se trancada pela **MPV 875/19** (Auxílio Emergencial Pecuniário para famílias de Brumadinho). Outros destaques são o **PL 1292/95** (Nova Lei de Licitações) e a **PEC 70/11** (Prevê novo procedimento para medidas provisórias).

Senado Federal
Plenário

Os senadores devem concentrar os esforços na apreciação das medidas provisórias que estão prestes a perder validade, como a **MPV 871/19** (Fraudes no INSS) e a **MPV 872/19** (Prorroga o prazo de adesão do produtor rural ao Programa de Regularização Ambiental).

Já na quinta (6), será realizada uma sessão especial em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Temáticas em Pauta nas Comissões

ECONOMIA

Câmara | Comissão Especial | Terça (4)

Subsídios

Votação – de requerimentos na Comissão Especial para analisar as Concessões de Subsídios Tributários, Financeiros e Creditícios.

EDUCAÇÃO

Câmara | CE | Terça (4)

Prioridades do Setor

Audiência Pública – sobre o Plano Nacional de Educação. Foram convidados, entre outros, o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, **Daniel Cara**; e os professores **José Marcelino Pinto** (USP) e **Thiago Alves** (UFG).

Câmara | CEF Pec 15 | Terça (4)

Fundeb

Audiência Pública – Foram convidados, entre outros, representantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed): além do coordenador-geral da Campanha

| | | |
|------------------------------------|---|--|
| | Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara . | Câmara CEF Pec 15 Quinta (6) |
| | Audiência Pública – Foram convidados, entre outros, representantes da Associação Brasileira de Municípios (ABM); da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); e da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (Fineduca). | Câmara CE Quinta (6) |
| EAD | Audiência Pública – para debater políticas direcionadas à educação à distância. | |
| ORÇAMENTO | | Câmara Comissão Especial Terça (4) |
| Orçamento Impositivo | Pauta – Deliberação da PEC 34/19 (Orçamento Impositivo). O relator, deputado Carlos Henrique Gaguim (DEM/TO) ainda não apresentou seu parecer. | |
| POLÍTICA | | Senado CCJ Terça (4) |
| Corrupção | Audiência Pública – para debater o conjunto de medidas anticrime e anticorrupção (PL 1864/19). Foram convidados o ministro Herman Benjamin , do Superior Tribunal de Justiça; Raquel Dodge , procuradora-Geral da República; Maurício Valeixo , diretor-geral da Polícia Federal; Felipe Santa Cruz , presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e Deltan Dallagnol , procurador da República. No total, foram convidadas 19 pessoas para participar do debate. | |
| REFORMA DA PREVIDÊNCIA | | Câmara RS Segunda (3) |
| Previdência Social | Seminário – Debater sobre a PEC 6/19 (Reforma da Previdência Social). | Câmara Comissão Especial Terça (4) |
| | Seminário - Experiências em Previdência Social. | Câmara CFT Terça (4) |
| | Audiência Pública – Audiência pública para discutir os impactos econômicos e financeiros da Reforma da Previdência, com a participação do ministro da Economia, Paulo Guedes . | |
| TECNOLOGIA E INOVAÇÃO | | Câmara CCTCI Quarta (5) |
| Empreendedorismo e Inovação | Instalação – e eleição do presidente do colegiado da Subcomissão Especial Empreendedorismo e Inovação. | Câmara CCTCI Quarta (5) |
| Biometria | Instalação – e eleição do presidente do colegiado da Subcomissão Especial Biometria e Privacidade. | Câmara CSPCCO Quarta (5) |

Crimes Cibernéticos

Audiência Pública – para debater crimes Cibernéticos. Foram convidados, entre outros, o presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis), **Fábio Francisco Esteves**; o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, **Luís Antônio de Araújo Boudenso**; além de representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Política

Proposta que garante ao Senado prazo para votar MPs está na pauta da Câmara. O Plenário da Câmara dos Deputados pode votar nos próximos dias uma proposta de emenda à Constituição que altera as regras para a aprovação de medidas provisórias no Congresso Nacional. O compromisso foi firmado na última terça-feira (28) pelo presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia, durante encontro com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. A PEC 70/2011 (que tramitou no Senado como PEC 11/2011) foi apresentada pelo então presidente do Senado, José Sarney. Um dos objetivos do texto é “preservar a competência constitucional” das duas Casas. Pela regra atual, as medidas provisórias têm validade de 120 dias e trancam a pauta após 45 dias de publicação. Mas, para alguns parlamentares, o texto em vigor restringe a atuação do Senado por não impor prazo para que os deputados votem as MPs. Fonte: Agência Senado

BNDES efetua pré-pagamento de R\$ 30 bilhões ao Tesouro Nacional. Com o pagamento antecipado efetuado hoje (31) ao Tesouro Nacional de R\$ 30 bilhões, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) acumula, desde dezembro de 2015, R\$ 340 bilhões de dívidas com a União que foram pré-pagas. Ainda ao longo deste ano, serão feitos pagamentos previstos em contratos superiores a R\$ 23 bilhões, informou o banco, por meio de sua assessoria de imprensa. A liquidação dos R\$ 30 bilhões foi decidida pela diretoria do BNDES no último dia 30 de abril e aprovada pelo Conselho de Administração da instituição em 9 de maio. De acordo com o Tribunal de Contas da União, os pagamentos realizados pelo BNDES devem ser utilizados pela União exclusivamente para abatimento de dívida pública federal. Dessa forma, desde 2015 e incluindo esse último pagamento, o banco contribuiu com a redução da dívida bruta do governo em 5,41% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país. O BNDES informou que se for computado o serviço da dívida renegociada em outubro de 2018, o impacto total previsto de redução da dívida bruta deverá ficar em torno de 5,75%. “Há ainda possíveis efeitos relativos ao diferencial de juros e o PIB sobre um estoque da dívida menor, o que poderá potencializar ainda mais o efeito de redução da dívida bruta. Esse número será avaliado ao longo do ano pelo Tesouro Nacional”, esclareceu o BNDES. Em 31 de março deste ano, o BNDES registrava em seu ativo R\$ 190,07 bilhões em recursos do Tesouro, aplicados em 365.110 empresas ou instituições. Fonte: Agência Brasil

Aliado de Doria assume PSDB e prega independência em relação a governo. O PSDB escolheu nesta sexta-feira em convenção o ex-deputado e ex-ministro Bruno Araújo como novo presidente do partido, um aliado do governador de São Paulo e tido como presidenciável em 2022, João Doria, que pregou em discurso independência em relação ao governo Jair Bolsonaro. O encontro partidário foi marcado por discursos de renovação - o partido amargou um péssimo resultado na disputa presidencial do ano passado com o ex-governador paulista Geraldo Alckmin, que deixou o comando da legenda, ficando em quarto lugar. Candidato único para presidir o partido, Bruno Araújo disse que o PSDB terá uma postura de independência em relação ao governo Bolsonaro. Além disso, acrescentou, a legenda assumirá posições e buscará unidade, tolerância e apresentará propostas concretas. O novo presidente tucano disse que nas próximas semanas vai discutir com deputados e senadores do partido o fechamento de questão em favor da reforma da Previdência. Se isso ocorrer, deputados terão de votar a favor do texto, sob a pena de serem punidos. Ao lado do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o governador de São Paulo, que foi ovacionado aos gritos de “Brasil para frente, Doria presidente”, disse que vai trabalhar com afinco para aprovar a reforma da Previdência com o objetivo de o país conseguir novos investimentos e que mais brasileiros tenham direito a emprego e renda. Fonte: Reuters

Bolsonaro diz que deve editar MP para que Estados tenham acesso a fundos constitucionais. O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta sexta-feira, ao cumprir agenda com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), que o governo deve editar na próxima semana uma medida provisória para garantir aos Estados que tenham acesso a recursos de fundos constitucionais. “O Estado tem os seus problemas como o Brasil todo, o que tiver ao nosso alcance estamos prontos para atender. O Caiado quer falar da sua proposta da possível medida provisória na semana que vem dos fundos”, disse Bolsonaro, ao chamar o governador goiano de “pai da criança”. Em seguida, Caiado afirmou que o presidente foi “sensível” e no primeiro momento chamou sua assessoria jurídica e o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e mandou que realmente fosse elaborada a MP. “Se Deus quiser seremos realmente presenteados na próxima semana”, disse. A proposta defendida pelo governador de Goiás, segundo a assessoria de imprensa do governo estadual, permitiria aos Estados fazer empréstimos de até 30% dos fundos constitucionais para investimentos em

infraestrutura. Se isso ocorrer, poderia beneficiar os fundos das regiões do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, que dispõem de recursos bilionários. Fonte: Reuters

Maia diz que governo Bolsonaro não tem agenda para tirar país da crise. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que não viu por parte do governo federal uma agenda ampla para tirar o país da crise. Em entrevista ao jornal O Globo, publicada nesta segunda-feira, ele reafirmou seu apoio à reforma da Previdência, mas disse que a medida sozinha não irá resolver todos os problemas do Brasil. “A Previdência não é uma agenda, é uma reforma racional e necessária para equilibrar as contas públicas. Ela não resolve qualidade na educação, médico no hospital, produtividade no setor público ou privado, crescimento econômico ou desemprego”, disse Maia. Fonte: Poder 360

Entenda o impasse entre governo e Congresso em relação à regra de ouro. Com as contas públicas cada vez mais apertadas, o governo precisa de uma autorização do Congresso para manter parte de seus pagamentos em dia em 2019. Em projeto (íntegra) encaminhado ao Legislativo, a equipe econômica pede autorização para emitir dívida para cobrir despesas correntes, como benefícios previdenciários, Bolsa Família e BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a deficientes e idosos de baixa renda. A prática é vedada pela regra de ouro –norma constitucional que busca evitar a explosão da dívida pública. O cenário fica mais desafiador devido ao fato de o governo estar enfrentando dificuldades para obter apoio de deputados e senadores para o projeto. Há 1 impasse, principalmente, em relação ao valor que o governo de fato necessita para não atrasar os pagamentos. Fonte: Poder 360

Economistas veem pouco benefício ao PIB com liberação do FGTS. A liberação de recursos de contas ativas e inativas do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para impulsionar a demanda é algo visto com reservas por economistas ouvidos pelo Poder360. Para eles, tendem a ser tímidos os efeitos da medida que o ministro Paulo Guedes cogita. Contas do PIS/Pasep também deverão ser liberadas. A equipe econômica discute os detalhes da medida, que viria somente depois da aprovação da reforma da Previdência. Se for antes disso, diz Guedes, o estímulo causaria 1 voo de galinha. Com a reforma aprovada, ele espera que o estímulo possa ser uma espécie de fiação a levar a demanda para outro patamar. A medida deve injetar algo entre R\$ 20 e R\$ 30 bilhões na economia, dependendo dos detalhes. No final de 2016, o então presidente Michel Temer fez a mesma coisa, com impacto um pouco maior, de R\$ 40 bilhões. Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos, afirma que os efeitos serão bem menores do que no governo Temer, e não apenas porque o volume financeiro é inferior. “Na época, as pessoas estavam endividadas. O dinheiro liberado permitiu que quitassem os débitos. Foi 1 alívio. Hoje, a alavancagem das famílias é baixa”, diz Latif. Outro ponto que a economista ressalta é que o estímulo ao consumo, esperado com a liberação das contas, não é a maior necessidade da economia hoje. O consumo das famílias teve alta de 0,3% no 1º trimestre, enquanto o PIB (Produto Interno Bruto) como 1 todo teve queda de 0,2%. Dos itens que compõem a demanda, houve quedas expressivas dos investimentos (1,7%) e das exportações (1,9%). Fonte: Poder 360

Senado empareda Bolsonaro em meio à desarticulação política do governo. O governo tem apenas hoje (3) para salvar duas medidas provisórias que vencem nesta segunda-feira. O primeiro desafio será garantir o quórum mínimo, de 41 senadores, em um dia em que tradicionalmente não há votações no Senado e que muitos parlamentares ainda estão se deslocando de seus estados. O segundo passo, considerado mais fácil por lideranças governistas, será somar mais da metade dos votos entre os presentes. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), passou o fim de semana telefonando para os colegas, pedindo que compareçam à Casa, mesmo que para votar contra. A estratégia também foi adotada pelos líderes do governo, Fernando Coelho Bezerra (MDB-PE), e do PSL, Major Olimpio (SP). Fonte: Congresso em Foco

Líder do PSL no Senado defende mudança na articulação política: “O problema não é a oposição. São os aliados”. O governo começa a semana emparedado pelo Senado, que precisa reunir pelo menos 41 senadores nesta segunda-feira (3), dia em que tradicionalmente não há votações, para decidir o futuro de duas medidas provisórias (MPs 871 e 872) que perderão a validade se não forem votadas até o fim da noite. Entre elas, aquela que é considerada pela equipe econômica o embrião da reforma da Previdência, por fazer um pente-fino em benefícios pagos pelo INSS. Uma luta desesperada contra o relógio que foi criada pelo próprio governo, na avaliação do líder do partido do presidente Jair Bolsonaro na Casa, Major Olimpio (PSL-SP). Em entrevista exclusiva ao Congresso em Foco, Major Olimpio diz que o Planalto não municia os senadores, nem mesmo os quatro do PSL, com informações técnicas para defender as propostas do governo, isenta a oposição de responsabilidade pelas dificuldades enfrentadas por Bolsonaro no Congresso e cobra “para ontem” mudanças na articulação política - ele não precisa se de nome ou de conduta. O senador conta que já manifestou sua insatisfação diversas vezes ao próprio presidente e ao ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, mas que não recebeu qualquer resposta da parte deles. Fonte: Congresso em Foco

Queda do PIB alerta a equipe econômica. Embora esperada, a queda de 0,2% do Produto Interno Bruto no 1º trimestre acendeu o alerta na equipe econômica do Governo de Jair Bolsonaro (PSL). Apesar do impacto negativo dos dados divulgados pelo IBGE, o Governo, por ora, evita admitir que o País esteja à beira de nova recessão. A

determinação para a equipe econômica é destravar a execução do pacote de medidas, amarrado 'em estudo' desde abril, para tentar alavancar a economia e incentivar a indústria, reduzir custos de empresas, gerar empregos e promover mudanças regulatórias no mercado. Fonte: DCI

Bolsonaro reafirma que correios serão privatizados. Os Correios serão privatizados, reafirmou o presidente Jair Bolsonaro em entrevista à revista Veja divulgada hoje, 31. "Não tem outro caminho a não ser privatizar os Correios", declarou, confirmando que já deu o "sinal verde" para a privatização da estatal. Para Bolsonaro, os governos do PT destruíram a empresa, quebraram o fundo de pensão da estatal e não há outra saída. O presidente dos Correios, general Juares Aparecido Cunha, evitou comentar o processo de privatização em tramitação no Ministério da Economia. "Isso não nos preocupa", disse ao Tele.Síntese, após participar do lançamento de um novo produto da estatal, o Balcão do Cidadão, que vai oferecer mais serviços públicos nas agências. "O que nós temos que fazer enquanto Correios é trabalhar, é recuperar a empresa, sanar os problemas que ela tem de épocas passadas", acrescentou. Em uma das respostas na entrevista à revista, Bolsonaro declarou considerar que os governos do PT destruíram a empresa e não há outra saída. Adiantou também que outras estatais terão o mesmo caminho. Na quinta-feira passada, 23, em café com jornalistas, ele havia dito que deu sinal verde para a privatização da estatal, o que reforçou a reação da oposição no Congresso contra a medida. Na segunda-feira, o ministro Marcos Pontes, do MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), havia dito que o presidente havia dado apenas sinal verde para o início dos estudos sobre a privatização e que ainda não havia decisão a respeito. Fonte: Telesíntese

Poder Judiciário

ADI contra decreto do Amazonas que alterou base de cálculo do ICMS sobre energia elétrica terá rito abreviado. Tramitará no Supremo Tribunal Federal (STF) sob o rito abreviado a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6144, ajuizada pelo Partido da República (PR) contra o Decreto 40.628/2019 do Estado de Amazonas que modificou a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) aplicável às operações com energia elétrica. A providência, adotada pelo ministro Luiz Fux (relator), autoriza o julgamento da ação pelo Plenário do Supremo diretamente no mérito, sem prévia análise do pedido de liminar. A legenda narra que a norma em questão modificou em 150% a Margem de Valor Agregado do ICMS nas operações interestaduais e internas com energia elétrica. Segundo o partido, ao modificar a base de cálculo do ICMS por decreto e ao instituir regime de substituição tributária sem prévia autorização legislativa, o Estado do Amazonas violou as regras da legalidade e da anterioridade (artigo 150, incisos I e III, da Constituição Federal). Apenas lei pode majorar tributos, defende. A desproporção entre a alíquota geral e a aplicada à energia elétrica fere ainda, segundo o PR, o princípio da seletividade. As alíquotas, argumenta, deveriam ser inversamente proporcionais à essencialidade do serviço ou produto. Fonte: ASCOM - STF

Previdência

Governo quer rever trecho de reforma sobre pessoa com deficiência. O presidente Jair Bolsonaro disse hoje (31) que a pedido da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, o Ministério da Economia vai rever o Artigo 28 da proposta de reforma da Previdência que prevê que pessoas com deficiência intelectual com grau leve ou moderado deixem de receber pensão em caso da morte dos pais. De acordo com a proposta do governo, apenas as pessoas com deficiência considerada grave ou inválidas terão o direito de receber a pensão previdenciária. A Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019 está em tramitação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados e recebeu dos deputados 277 emendas ao texto. Fonte: Agência Brasil

Após 'pacto', Planalto volta a apostar na aprovação da Previdência no primeiro semestre. O Palácio do Planalto voltou a apostar na aprovação da reforma da Previdência pela Câmara dos Deputados ainda no primeiro semestre deste ano. A previsão foi retomada após o encontro entre os chefes dos três poderes na semana passada. Nas palavras de um ministro do governo, houve uma "mudança de ambiente" para a votação ocorrer até o recesso parlamentar, em julho, após a reunião promovida pelo presidente Jair Bolsonaro com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP); da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ); e do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. Para o Palácio do Planalto, o ideal é garantir com a aprovação do texto a conta do ministro da Economia, Paulo Guedes, que prevê uma economia de R\$ 1 trilhão com a reforma – ou, ao menos, um valor aproximado, por volta de R\$ 800 bilhões ou R\$ 900 bilhões. Deputados ouvidos pelo blog, no entanto, afirmam que a reforma da Previdência só será aprovada após a Câmara concluir a votação da proposta de emenda à Constituição que discute o orçamento impositivo. A PEC já havia sido aprovada na Câmara, mas foi modificada no Senado. Por isso, voltou para nova análise dos deputados. A

proposta está na comissão especial. No último dia 30, acabou o prazo para apresentação de emendas. Agora, será apresentado o parecer e, depois de votado na comissão, seguirá ao plenário. Fonte: G1 Notícias

Relator diz que déficit previdenciário de estados e municípios soma R\$ 96 bi por ano. Relator da proposta de reforma da Previdência na comissão especial da Câmara, o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) afirmou neste sábado (1º), após se reunir com técnicos do Ministério da Economia, que o déficit previdenciário de estados e prefeituras soma R\$ 96 bilhões por ano. Sob pressão de colegas do parlamento para deixar as previdências estaduais e municipais de fora da proposta de emenda à Constituição que altera as regras de aposentadoria, o deputado tucano disse que é um assunto "polêmico e grave" e que ainda não decidiu se irá mexer neste ponto no parecer final. "Não há decisão sobre isso [retirar estados e municípios da PEC da Previdência]. Não há qualquer definição. Esse é um assunto polêmico e grave porque o déficit na Previdência de estados e municípios é de R\$ 96 bilhões por ano. Se nós projetarmos por 10 anos, quase 1,2 trilhão", ressaltou o relator da reforma da Previdência ao ser questionados por jornalistas se estava avaliando essa alteração no texto enviado ao Congresso Nacional pelo governo Jair Bolsonaro. Indagado pelos repórteres ao final da reunião com a área técnica do governo federal sobre a pressão política para retirar estados e municípios da reforma, ele disse que "não há qualquer cálculo eleitoral que possa ser maior que a responsabilidade nesse momento". Fonte: G1 Notícias

Relator pretende apresentar relatório da reforma entre quinta e segunda-feira. O relator da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, Samuel Moreira, disse nesta segunda-feira, 3, que pretende apresentar seu relatório nesta quinta-feira ou, no mais tardar, até a próxima segunda-feira. Ele participa de coletiva de imprensa com governadores do PSDB, de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Questionado sobre possibilidade de se criar uma regra que permita o "desembarque" dos Estados que não queiram a reforma, ele afirmou que há várias soluções em jogo, mas afirmou que não há alternativa melhor do que deixar todos os Estados e municípios na reforma no formato enviado pelo governo. "Até porque acaba sobrando para o governo federal", disse, se referindo aos pedidos de socorro dos Estados. O deputado disse que não está ativamente procurando governadores e afirmou que respeita a legitimidade dos parlamentares, que têm liberdade de votos. Ele deixou claro que não concorda com pedidos de que os Estados façam pressão sob suas bancadas. "Não concordo que governador tem que pressionar. Diálogo sempre é bom, convencimento, argumentos", disse. Fonte: DCI

Governadores do PSDB pedem manutenção de Estados e municípios na reforma. Os governadores do PSDB se reuniram nesta segunda-feira, 03, com o relator da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara, deputado Samuel Moreira, para pedir pela manutenção de Estados e municípios na reforma da Previdência. Estiveram no almoço os chefes do Executivo de São Paulo, João Doria, do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, e do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, além do líder do PSDB na Câmara, Carlos Sampaio. Os governadores disseram que já estão articulando com suas bancadas estaduais na Câmara. "Estamos mobilizando nossas bancadas e vamos ajudar a mobilizar para que Previdência tenha impacto para Estados", disse Leite. O governador de São Paulo emendou: "Não há o menor cabimento em destacar Estados e municípios da reforma da Previdência", disse. Azambuja pediu ainda que o líder do PSDB leve o posicionamento para o colégio de lideranças da Câmara. Se o Congresso retirar os Estados da reforma da Previdência, os governadores teriam que votar leis próprias em suas respectivas assembleias, o que aumenta o desgaste político. A preocupação dos partidos do centro é que, ao incluir os Estados na reforma, se desgastam com suas próprias bases enquanto governadores de oposição, que mantêm discurso contrário, manteriam seu capital político e, ao mesmo tempo, se beneficiariam fiscalmente com a aprovação das mudanças na Previdência estadual. Fonte: DCI

Sem reforma, déficit dos Estados deve subir 300% até 2060, diz órgão do Senado. A retirada dos Estados da reforma da Previdência tem potencial para mantê-los no rastro de uma trajetória explosiva do rombo nos regimes de aposentadoria e pensão dos servidores estaduais. O déficit, que hoje se aproxima de R\$ 100 bilhões por ano, tende a quadruplicar até 2060, caso nada seja feito. O passivo previdenciário atual e futuro dos Estados é maior inclusive que a dívida desses governos com a União e com bancos, alerta a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado. A permanência dos Estados e municípios na reforma virou impasse diante da resistência do Congresso Nacional em "assumir o ônus político" pelo endurecimento das regras no lugar de governadores e deputados estaduais. O desejo deles é que qualquer alteração fique a cargo das assembleias. A equipe econômica já deu indicações de que não pretende entrar nessa bola dividida. Mas o relator da reforma, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), disse no sábado que os técnicos ainda trabalham numa solução para permitir que a reforma valha também para os governos regionais. Ele reconheceu, porém, que qualquer desfecho dependerá do apoio e dos votos das lideranças na Câmara. Fonte: DCI

Último Foco

Demora na emissão de licenças para antenas ameaça instalação da rede 5G no Brasil. A demora de prefeituras para emitir licenças de instalação de antenas de telefonia celular pode comprometer a oferta no Brasil do 5G, a quinta geração da internet móvel, que promete facilitar a conexão entre máquinas e viabilizar, por exemplo, o uso dos carros autônomos. A preocupação é compartilhada por empresas de telecomunicação, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). O ministério informou que trabalha em um decreto para agilizar a liberação das antenas e impedir que a demora afete a implementação do 5G no Brasil (leia mais abaixo). A pasta considera o tema urgente: a Anatel prevê colocar a proposta de edital de leilão do 5G em consulta pública no começo do segundo semestre. O leilão está previsto para o primeiro trimestre de 2020. Fonte: G1 Notícias

Mundo está mais próximo de resolver tributação de empresas digitais. Quase 130 países e territórios concordaram com um roteiro para reformar as regras tributárias internacionais, que foram superadas pelo desenvolvimento do comércio digital. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) disse nesta sexta-feira que colocará o esboço do programa de trabalho para auxiliar os ministros do Grupo das 20 potências econômicas na próxima semana, a fim de obter apoio para as negociações altamente técnicas e sensíveis. Empresas como Google, Facebook e Amazon contornam regras existentes e criaram tensões ao conseguirem pagar menos impostos ao registrarem lucros em países com menor carga tributária, não importando onde o consumidor final esteja. "Há agora um consenso internacional reconhecendo que nossas regras tributárias não são mais adaptadas ao século 21", disse em comunicado o ministro francês das Finanças, Bruno Le Maire, um forte defensor da reforma. Fonte: Reuters

Juiz dos EUA determina que Facebook entregue registros de privacidade de dados. Um juiz dos Estados Unidos ordenou que o Facebook entregue emails de acionistas e outros registros que tratem sobre como a empresa de mídia social lida com privacidade de dados, depois que dados de 87 milhões de usuários foram acessados pela consultoria britânica Cambridge Analytica. O juiz Joseph Slight, de Delaware, disse que os acionistas demonstraram uma "base crível" para se inferir que os membros do conselho de administração do Facebook podem ter cometido irregularidades relacionadas a violações de privacidade de dados. Ele observou que o Facebook estava, no momento da violação de 2015 da Cambridge Analytica, sujeito a um acordo com a Comissão Federal de Comércio dos EUA (FTC), sob o qual a empresa tinha prometido reforçar medidas de segurança de dados. Fonte: Reuters

Câmara cria comissão especial para analisar regras de moedas digitais. A Câmara dos Deputados criou uma comissão especial para estudar regras para moedas digitais e programas de milhagem das companhias aéreas, informou nesta segunda-feira a Agência Câmara. Regras para o setor faziam parte de um projeto de lei de 2015 (2303/15) que acabou sendo arquivado em janeiro deste ano. O projeto previa que as moedas digitais (como o bitcoin) e os programas de milhagem de companhias aéreas seriam disciplinados pelo Banco Central e fiscalizados pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). A comissão criada em 30 de maio pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pretende "proferir parecer sobre o projeto de lei 2303...que dispõe sobre inclusão de moedas virtuais e programas de milhagem aéreas na definição de 'arranjos de pagamento' sob a supervisão do Banco Central", segundo documento arquivado na Casa. Fonte: DCI

Avança proposta de acordo internacional para tributar gigantes da internet. Pelo menos 129 países concordaram com um roteiro para reformar as regras tributárias internacionais, anunciou a OCDE, que lidera a discussão provocada pelas estratégias de elisão criadas por grandes empresas que faturam com o comércio digital. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, o esboço do programa de trabalho vai auxiliar os ministros do Grupo das 20 maiores economias do planeta a partir desta semana, a fim de obter apoio para as negociações altamente técnicas e sensíveis. Empresas como Google, Facebook e Amazon contornam regras existentes e criaram tensões ao conseguirem pagar menos impostos ao registrarem lucros em países com menor carga tributária, não importando onde o consumidor final esteja. Como explica a OCDE, o primeiro pilar explora potenciais soluções para determinar onde e sob que base deve uma taxa ser adotada, assim como qual a fatia dos lucros poderão ou deverão ser taxadas na jurisdição onde os consumidores residem. O segundo pilar explora o desenho de um sistema que garanta que empresas multinacionais paguem um patamar mínimo de taxa. O objetivo é garantir aos países uma nova ferramenta para proteger suas bases tributárias de movimentos para os modernos paraísos fiscais. Depois de concordar em princípio em reescrever as regras tributárias internacionais no início deste ano, a OCDE informou que 129 países e territórios endossaram um documento de 40 páginas que cria opções para renovar os direitos dos países de tributar empresas estrangeiras e estabelecer um imposto corporativo mínimo global. Fonte: Poder 360

Proposta prevê crédito tributário amplo para compensar fim do IPI na Lei de Informática. A três semanas para o primeiro prazo negociado com Japão e Europa para os ajustes nos incentivos que o Brasil concede a fabricantes de eletrônicos, o governo já soltou até aqui uma dúzia de propostas de ajustes nos processos produtivos básicos de equipamentos. Mas se nesse campo o prazo tende a ser cumprido sem problemas, o debate sobre o segundo prazo, que envolve mudança na própria Lei de Informática (8.248/91), ainda precisa avançar para uma proposta consolidada a ser incluída em projeto de lei ou Medida Provisória. O primeiro prazo vence em junho. O segundo em 31 de dezembro. E como explica o coordenador-geral de estímulo ao desenvolvimento de negócios inovadores do

Ministério de Ciência e Tecnologia, Henrique Miguel, a partir de estudos do próprio MCTIC, do Ministério da Economia e de associações de fabricantes como Abinee, Abisemi e P&D Brasil, a proposta à mesa prevê um sistema mais abrangente de créditos tributários do que aquele que foi utilizado para a indústria automobilística. Até esta sexta, 31/5, o governo já tinha publicado as 10 PPBs mais importantes para cumprir o prazo de junho – e o Diário Oficial da União trouxe outras duas, para impressoras e terminais bancários. “Aqueles processos produtivos que têm mais impacto estão sendo alterados primeiro. Os dez primeiros representam 90% do mercado e com isso a gente entende que o esforço de cumprir o acordo está sendo realizado e não devemos ter problemas”, conta o coordenador de negócios inovadores do MCTIC. Fonte: Convergência Digital

Contratos de TIC com o poder público poderão ser prorrogados por até 15 anos. As empresas de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) vão ganhar mais espaço nas compras governamentais se forem aprovadas pelo menos duas emendas defendidas pelo setor no projeto da nova Lei de Licitações. Com regime de urgência, essa matéria deve entrar na pauta de votações do plenário da Câmara na próxima semana. Uma das emendas estica de 10 anos para até 15 anos a prorrogação dos contratos contínuos relativos a sistemas estruturantes de órgãos públicos. São considerados sistemas estruturantes os que são relativos a áreas cuja descontinuidade compromete o funcionamento das instituições. Neles estão os sistemas de recursos humanos, orçamentário, contábil e tributário. Neles são incluídos também os sistemas federais informatizados de Saúde (DATASUS) e Educação (Siope). Outra aumenta os valores de contratos com dispensa de licitação para serviços de TIC em geral, passando de R\$ 17,6 mil para R\$ 50 mil. O relator da matéria, deputado Augusto Coutinho (Solidariedade-PE), vai ter que avaliar ainda mais de 150 emendas apresentadas ao projeto. Mas a decisão final para a inclusão da proposta na pauta do plenário vai depender do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Fonte: Telesíntese

MCTIC prorroga prazo para ICTs informarem políticas de propriedade intelectual até 14 de junho. O MCTIC prorrogou até o dia 14 de junho o prazo para as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Brasil (ICT) preencherem o formulário com informações sobre as políticas de propriedade intelectual adotadas no exercício de 2018. As ICTs públicas e as ICTs privadas beneficiadas pelo poder público deverão prestar as informações, de acordo com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.243/2016 na Lei de Inovação. O recibo de preenchimento do formulário é o comprovante de regularidade com o FORMICT e pode ser adotado como requisito para participação em chamadas públicas e editais destinados ao apoio à inovação tecnológica. São considerados ICTs órgãos e entidades da administração pública ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que incluam em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos. As ICTs devem também estar legalmente constituídas sob as leis brasileiras, com sede e foro no país. Embora não exista obrigatoriedade na lei para que as ICTs privadas não beneficiadas pelo poder público apresentem informações, o cadastro voluntário por essas instituições integrará a base de dados do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e fará parte do relatório anual. Fonte: ASCOM-MCTIC